

Quinta-Feira, 30 de Abril de 2026

Apesar de Galípolo, governo Lula segue em queda de braço com Banco Central

IMPASSE NA ECONOMIA

Metrópoles

Apesar da nova direção do Banco Central (BC), que desde janeiro é presidido por Gabriel Galípolo, o governo Lula (PT) segue em uma queda de braço com o órgão. Indicado pelo presidente da República, Galípolo assumiu o comando do BC em um momento de alta de juros e sucedendo Roberto Campos Neto, que havia sido indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e era acusado por petistas de querer “sabotar” o governo atual.

Membros do governo seguem ressoando críticas de setores produtivos, como a indústria e o comércio, que argumentam que o aumento dos juros prejudica o crescimento econômico, a geração de empregos e os investimentos.

Depois da elevação de um ponto percentual na Selic em janeiro, levando a taxa para 13,25% ao ano, é esperado mais um aumento da mesma magnitude na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 18 e 19 de março.

Para impulsionar o crescimento econômico em 2025 e manter a economia aquecida, o governo anunciou nos últimos dias um “pacote de bondades”. Entraram nesse combo a liberação do FGTS para quem optou pelo saque-aniversário e foi demitido nos últimos cinco anos, medidas para baratear o preço dos alimentos e o crédito consignado para trabalhadores da iniciativa privada, que deverá ser formalmente anunciado nos próximos dias.

Economistas veem essas ações recentes do governo em descompasso com os objetivos do BC, que é trazer a inflação para dentro do intervalo da meta estipulada. Em janeiro, a inflação já mostrou desaceleração e os preços de bens e serviços do país subiram 0,16%, menor taxa para o mês desde 1994, ano da implantação do Plano Real.

O Brasil, no entanto, tem inflação acumulada de 4,56% — ainda acima do teto da meta para este ano, que é de 4,50%.

“O governo tem feito um desserviço ao país e ao trabalho do Banco Central de conter a inflação ao anunciar políticas populistas que visam aumentar a popularidade do presidente no curto prazo, nem que isso leve a mais aumentos nas taxas de juros”, avalia Felipe Vasconcellos, Sócio da Equus Capital.

“Fica claro, portanto, que esse cabo de guerra entre o BC, que luta para conter a inflação, e o governo, que já está pensando nas eleições de 2026, gera um cenário de incerteza que trava investimentos no país e torna mais difícil prever o que podemos esperar para economia nos próximos dois anos”.

Com um crescimento econômico consistente e um mercado de trabalho aquecido, a inflação segue sendo um desafio central, analisa João Kepler, CEO da Equity Group.

“O avanço do consumo das famílias e dos investimentos pode aumentar a pressão sobre os preços, tornando necessária uma postura mais rígida do Banco Central.” Segundo ele, o governo precisará monitorar os impactos dessa decisão para evitar uma desaceleração abrupta da economia.